Desafios na aplicação da lei em crimes digitais contra menores

Autor(res)

Gladson Barros Resplandes
Gabryella Silva De Paulo
Emilly Nicole Figueredo Silva
Gabryella Santos Lima

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

O crescimento do uso da internet por crianças e adolescentes ampliou os riscos de exposição a crimes digitais, como pornografia infantil, cyberbullying e aliciamento. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) oferecem bases legais para proteção dos menores. No entanto, a aplicação dessas leis enfrenta dificuldades práticas, como a identificação de infratores e a obtenção de provas digitais. A realidade do ambiente virtual impõe desafios constantes à legislação e aos órgãos de segurança e justiça, exigindo atualização e cooperação entre instituições

Objetivo

Analisar os principais desafios enfrentados pela legislação brasileira na prevenção e repressão de crimes digitais contra menores, com base no Marco Civil da Internet e no ECA.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental de legislações, plataformas de produção de atigos científicos, decisões judiciais e relatórios de entidades como a SaferNet. O recorte temporal considerou os últimos dez anos. Foram avaliados aspectos legais, técnicos e institucionais, observando-se também limitações na atuação dos órgãos responsáveis pela apuração desses crimes.

Resultados e Discussão

Constatou-se que a aplicação do Marco Civil da Internet depende da cooperação de provedores e da atuação judicial, o que pode atrasar investigações. O ECA garante proteção ampla, mas carece de mecanismos específicos para crimes online. Outro ponto crítico é a falta de capacitação técnica dos órgãos responsáveis pela investigação, dificultando a coleta de provas digitais. Além disso, a morosidade processual e a natureza transnacional da internet dificultam a responsabilização dos infratores. Políticas de prevenção e educação digital ainda são escassas, reforçando a vulnerabilidade dos menores

Conclusão

Para combater crimes digitais contra menores, é essencial integrar legislação, tecnologia e educação. O Marco Civil e o ECA precisam ser atualizados para enfrentar os desafios atuais, com maior investimento em capacitação e cooperação internacional, além da criação de políticas públicas preventivas.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet.
BRASIL. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
SAFERNET BRASIL. Relatórios anuais. Disponível em: <https://new.safernet.org.br> Acesso em: 03 de maio de 2025
SILVA, A. L. Crimes digitais e menores. Revista de Direito Digital, 2022.